



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA
DE ESTADO DO AMBIENTE

APRESENTAÇÃO COVIDTECT | ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO

“Águas residuais: um barómetro do bem-estar”

Exma. Senhora Ministra da Saúde, Marta Temido,

Exmo. Senhor Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes,

Exmo. Senhor Presidente do Grupo Águas de Portugal, José Furtado,

Exma. Senhora Presidente das Águas do Tejo Atlântico, Ana Silveira,

Cumprimento também todas as entidades aqui presentes,

Hoje assinala-se um marco importante no percurso que as Águas de Portugal, a par de outras entidades, públicas e privadas, que se dedicam à prestação de serviços essenciais de ambiente e ao seu apoio, fizeram no âmbito do trabalho associado à pandemia COVID.

Lembro-me bem da primeira recomendação para evitar a propagação da COVID: lavar as mãos com água e sabão. Um ato simples, ao qual por demasiadas vezes não damos o valor – social ou económico – merecido e justo.

Assim que foi declarado o Estado de Emergência, a APA e a ERSAR reuniram esforços na emissão de recomendações e regulação específica que assegurou o fornecimento das cadeias de abastecimento de bens e serviços públicos essenciais, nomeadamente, abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos e hospitalares, bem como as condições de funcionamento em que estes serviços deveriam operar.

Trabalhámos com os serviços do Ministério da Saúde para que os trabalhadores dos serviços essenciais de ambiente tivessem acesso aos EPIs necessários para fazer o seu trabalho.

Estando garantidos os serviços, seguiu-se o trabalho de assegurar que ninguém deixaria de ter acesso aos mesmos, sobretudo aqueles que estão em situação de dificuldade económica, sem deixar de garantir a sustentabilidade dos sistemas. E assim avançámos para a decisão da provisão dos serviços públicos essenciais não poder ser suspensa até 30 dias após o período em que vigorar o estado de emergência com base em mora de qualquer utilizador.

Seguiu-se o trabalho na sustentabilidade financeira dos sistemas. Para isso, foi aprovada uma lei que estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Concretizámos uma estrutura de recolha de informação, através da ERSAR que recolheu informação das mais de 300 entidades de água, saneamento e resíduos para podermos aferir quais as dificuldades no terreno, e ter uma previsão temporal de possibilidade de disrupção no fornecimento dos serviços para assim agirmos atempadamente.

Trabalhámos com as ONGA, a área governativa da economia e a área governativa da saúde na atualização do conhecimento científico da propagação do vírus nas superfícies materiais, com vista à redução do uso de materiais descartáveis.

E trabalhámos também na comunicação: replicámos as recomendações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos, que desde cedo se viram a braços com afluências indevidas de EPIs e equipamentos médicos nos contentores de embalagens, ou abandonados na via pública. Fizemos campanhas através das redes sociais e transmitimos essas preocupações em sede da Estrutura de Coordenação do Estado de Emergência. Lançámos a campanha #não deixecairamáscara, alertando a população mais jovem sobre a importância da utilização de máscaras reutilizáveis certificadas e do impacto da má gestão das máscaras descartáveis no meio ambiente.

Não é possível superar esta crise sem coordenação, cooperação e partilha de experiências. O combate a esta pandemia está a ser um teste à solidariedade e à capacidade das instituições em colaborarem e trabalharem em conjunto em torno de um mesmo objetivo.

E não queria deixar de voltar a saudar e agradecer àqueles por onde tudo começa: os trabalhadores dos serviços essenciais de ambiente, e nesta casa em especial aos trabalhadores da água e saneamento. Porque não tenho dúvidas que os serviços essenciais de ambiente não se resumem a tubagens, ETA e ETAR, a válvulas, a *joppers*, a contadores ou a computadores.

São as pessoas, pelo seu conhecimento, pelas suas competências e pelo seu entendimento do quão é importante salvaguardar esse bem comum que é o recurso água que tornam o serviço essencial. E no Ambiente a água é essencial: é vida. E por isso agradecemos a todos os que estiveram neste período conturbado a garantir que continuássemos a ter água na torneira e saneamento a funcionar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Logo nos primeiros meses da pandemia em Portugal, as Águas de Portugal contactaram o Ministério do Ambiente para falar de um projeto que queriam levar a cabo em consórcio com mais entidades para a deteção de surtos virais como o COVID, criando um sistema de aviso baseado no controlo de qualidade das águas residuais. Tal sistema poderia servir de alerta às autoridades de saúde e ao Governo na previsão de novas curvas pandémicas, e assim antecipar medidas necessárias para fazer frente a eventuais novos surtos.

Em abril de 2020 surge o COVIDTECT, projeto coordenado pela AdP Valor, e desenvolvido pelo consórcio onde se integram a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que assegura a coordenação científica, o Instituto Superior Técnico, as Águas do Tejo Atlântico, as Águas do Norte e a SIMDOURO. O financiamento foi assegurado pelo Compete 2020, e foi fundamental para a sua concretização, nomeadamente o seu extenso plano de amostragem.

E, por último, mas não menos importante, o Consórcio teve o suporte de um *advisory board* composto pela DGS, a APA, a ERSAR, EPAL e Águas do Douro e

Paiva. O apoio destas entidades, e em particular da DGS, é muito importante para o projeto, pois permite a articulação entre a informação gerada pelo mesmo e os dados sobre o número de infetados no país.

E, claramente, é graças a estes projetos e aos que já se multiplicaram na sua esteira que podemos dizer que partimos em vantagem, face ao que a Comissão Europeia neste momento solicita os Estados Membros a desenvolver: um sistema de vigilância epidemiológica europeu, unindo as forças internas e dotando-as de meios para prevenir, preparar respostas e gerir crises sanitárias, tanto na UE como a nível mundial.

Nesse contexto, destaca-se a monitorização dos agentes infecciosos nas AR urbanas como meio de rastrear as infeções e como possível mecanismo de alerta precoce.

Importa por isso adotar uma abordagem moderna da vigilância, assente na ligação e integração dos sistemas de vigilância pertinentes, utilizando registos de saúde eletrónicos e conjuntos de dados harmonizados, dados ambientais, análise de dados e inteligência artificial, bem como as redes sociais - associados a capacidades de modelização e de previsão e a plataformas digitais específicas de alto rendimento.

Para apoiar os Estados-Membros, o futuro programa UE pela Saúde proporcionará financiamento para melhorar os sistemas nacionais de vigilância, enquanto as agências descentralizadas da UE apoiarão os Estados-Membros através de aconselhamento técnico e orientações específicos.

Mas é também nosso dever promover a cooperação internacional nesta matéria. É com projetos como este, que têm como objetivo tornar estes sistemas sentinela mais acessíveis, que conseguiremos também cumprir o nosso dever de travar a pandemia a nível mundial. Exportando esta ciência, este conhecimento, este saber fazer, esta vontade comum de nos protegermos e de protegermos o nosso ambiente.

Senhoras e Senhores,

Para o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, a pandemia só evidenciou aquilo que já sabíamos há muito: que é preciso ter serviços essenciais de ambiente fortes, capacitados, infraestruturados, que se distribuem por todo o país, sustentáveis operacionalmente e financeiramente. A realidade é que tomamos esses serviços como garantidos, não os valorizamos devidamente, e é muitas vezes insuficiente o que estamos dispostos a contribuir para ter rios e ribeiras limpas, uma costa protegida da erosão, água para beber, saneamento, qualidade do ar, ou uma gestão de resíduos eficaz.

E ainda há os que consideram que a sua responsabilidade ambiental é um “custo de contexto” que não têm de suportar ou de mitigar, e por isso entendem transferir esses custos ou parte deles para terceiros, o Estado, o Município, ou os cidadãos. Essa transferência tanto pode ser sob a égide de uma tarifa que não cobre os custos, a uma descarga ilegal ou outras formas de poluição. Por isso, perguntamos: haverá melhor política económica, que a política de saúde? E haverá melhor política de saúde que a política de ambiente?

Vou deixar os resultados para os especialistas que me irão seguir, mas não posso deixar de transmitir o grande orgulho que sinto de todos os que estiveram envolvidos neste projeto.

É mais uma prova de como a aposta nos serviços essenciais de ambiente é mais do que uma aposta numa infraestrutura básica, que atende diretamente ao bem-estar social da nossa população: pode também ser uma fonte preciosa de valorização de conhecimento, de tecnologia e de inovação, além de ser a rede mais transversal que temos no nosso território, que nos entrega benefícios bem para lá daquilo que pode ser medido por simples moeda, benefícios esses que tantas vezes esquecemos de valorizar, como o simples lavar de mãos com água e sabão.

Muito obrigada